



ACTA Nº 3

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVARÃES REALIZADA A 18 DE ABRIL 2026

----- Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Junta de Freguesia de Alvarães, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Alvarães, sob a presidência de Marcial Araújo Passos. Secretariaram a presente sessão os membros da assembleia Maud Christine dos Santos Vieira Novo e Jorge Manuel da Rocha Fernandes, respetivamente Primeira e Segundo Secretários da Mesa. -----

----- A Junta de Freguesia de Alvarães fez-se representar pelo seu Presidente, Eugénio Barreto. Assistiram também à presente reunião a Secretária Eduarda Brandão e o Tesoureiro Jorge Ribeiro. -----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, aberta a reunião com a presença da totalidade de membros em efetividade de funções, nomeadamente, Hugo Freitas, Bruno Barbosa, Marisa Pereira, Fernando Martins, Sandra Faria e Fernanda Faria. -----

----- A sessão tem a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1. Leitura da ata da sessão anterior; -----
2. Informações. -----
3. Apresentação, Apreciação e Votação do Relatório de Contas 2025; -----
4. Apresentação, Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2026; -----
5. Regulamento de Apoio à Natalidade; -----

----- De seguida, deu-se início ao período antes da ordem do dia, não se tendo registado qualquer inscrição. -----

----- Entrando na ordem de trabalhos, **Ponto Um – Leitura da ata da sessão anterior**: o Senhor Presidente da Assembleia, solicitou a leitura da ata da sessão anterior, a qual havia sido aprovada em minuta. -----

----- Seguidamente, passou-se ao **Ponto Dois: Informações**: a secretária Eduarda Brandão procedeu à leitura do relatório de atividades do 1.º trimestre de 2026 (em anexo). -----

----- Findo o segundo ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia questionou os membros sobre a eventual intenção de uso da palavra. -----

----- A senhora Marisa Pereira referiu que, no âmbito do relatório de atividades, pretendia colocar algumas questões. Começou por abordar o mau estado dos arruamentos, salientando que o inverno foi particularmente rigoroso, o que terá contribuído para a sua degradação. Mencionou, em concreto, a Rua de Alvarães e a Rua dos Cruzeiros, que, dentro das possibilidades da Câmara Municipal, foram alvo de algumas intervenções de reparação, embora não as desejáveis, reconhecendo, ainda assim, que tem sido feito algum esforço. Contudo, destacou que os restantes arruamentos, da responsabilidade da Junta de Freguesia, apresentam grandes deficiências, não se encontrando devidamente sinalizados e estando em muito mau estado. Apesar de compreender a situação, considerou que é necessário adotar medidas para minimizar os problemas, solicitando ao executivo especial atenção a esta questão. Aproveitou ainda para felicitar o executivo pela melhoria da visibilidade em vários locais, nomeadamente pela colocação de espelhos, medida que considerou uma necessidade para a freguesia. Relativamente às Atividades de Tempos Livres (ATL) da Páscoa, questionou se estas decorreram nos moldes habituais ou se houve alterações, tendo em conta a referência a um possível alargamento. -----

----- A senhora Secretária Eduarda Brandão esclareceu que, nas ATL da Páscoa, foi permitida a participação das crianças do pré-escolar. No que diz respeito ao alargamento de idades e horários, informou que foi apresentada uma proposta ao Posto Assistência Social de Alvarães (PASA) no sentido de criar um ATL para todo o ano, abrangendo uma faixa etária mais ampla e não se limitando apenas aos períodos de férias. Referiu ainda existir uma preocupação significativa com o período após o horário escolar, mencionando a existência de projetos da Segurança Social e o desafio lançado ao PASA nesse âmbito. -----

----- Por sua vez, o Presidente Eugénio Barreto referiu que, a atual situação dos arruamentos resulta de problemas herdados, afirmando que, se os trabalhos anteriores tivessem sido devidamente executados, não se verificaria a existência de tantos buracos. Informou que têm mantido contacto semanal com o município, embora saiba que há falta de material para as intervenções. Acrescentou que, no passado, a Câmara Municipal procedia à reparação regular dos arruamentos, o que não se verifica atualmente, constituindo esta situação uma preocupação para o executivo. Nesse sentido, informou que o executivo

tomou a iniciativa de adquirir uma palete de asfalto frio para proceder à reparação dos buracos mais urgentes. Relativamente à sinalização, referiu que foram colocados espelhos nos locais considerados prioritários, pela Junta de Freguesia e que foi solicitado ao Município de Viana do Castelo o fornecimento de mais dez espelhos, bem como de sinalização vertical, a qual se encontra bastante degradada, sobretudo na zona da Costeira. ----- Seguidamente, foram prestadas informações por parte do executivo. Relativamente ao protocolo com a DECO, foi informado que o mesmo se encontrava em fase de término, tendo sido apresentada uma proposta de renovação com um custo anual de 2.135,92 €. Entretanto, foi analisado o relatório de atividades referente ao ano de 2025, no qual constam 18 atendimentos, correspondendo a um custo médio de cerca de 118 € por utente. Foi ainda efetuado um levantamento dos anos anteriores, verificando-se que, nos últimos quatro anos, a média anual de atendimentos foi de 21. Apesar de ter sido realizada uma reunião com vista à revisão das condições do protocolo, não foi possível chegar a acordo relativamente ao valor apresentado. Assim, atendendo à reduzida procura deste serviço, o executivo deliberou não proceder à renovação do referido protocolo, mantendo, no entanto, a disponibilidade para apoiar a população mais carenciada em situações desta natureza. No que respeita a assuntos jurídicos, foi dado conhecimento de uma notificação recebida do Ministério Público, relativa a uma queixa anónima sobre o alegado incumprimento da lei da paridade na constituição do executivo e da assembleia, com pedido de anulação do resultado eleitoral. O executivo respondeu nos termos solicitados, tendo posteriormente sido informado do arquivamento do processo, por não se ter verificado qualquer ilegalidade. Relativamente ao terreno envolvente aos fornos telheiros, foi informado que a Junta de Freguesia foi contactada pelo representante de um proprietário de um terreno com a área total de 4.350 m² (artigo rústico n.º 1019 e artigo urbano n.º 571), situado na zona da Lagoa, junto aos referidos fornos, entre a habitação da D. Eugénia Lopes e a zona superior, com vista à definição dos respetivos limites. Após verificação, constatou-se que os limites já haviam sido definidos em 2013 pelo executivo e assembleia então em funções. Com base na documentação apresentada e nos testemunhos recolhidos, apurou-se que os referidos artigos pertencem aos herdeiros de Augusto Novo, conhecido por "Augusto Calvário", já falecido. Nesse âmbito, foi endereçado convite ao representante para apresentar a respetiva proposta na presente assembleia, no período

destinado à intervenção do público. No que concerne à Escola da Costeira, foi informado que se encontra em fase de consulta prévia e orçamentação o processo de requalificação e reabilitação do edifício, o qual apresenta elevado estado de degradação, nomeadamente ao nível de infiltrações na cobertura. Foi igualmente referido que se encontram em fase de consulta prévia e orçamentação intervenções em diversos arruamentos, designadamente: Rua do Viso (na zona do Centro Escolar), Rua do Calvário, Rua da Carvalhosa e o alargamento da Rua da Passagem, aproveitando a execução da ampliação da rede de saneamento atualmente em curso. Face à morosidade dos serviços da Câmara Municipal, o executivo informou que irá proceder à aquisição de asfalto frio e das respetivas ferramentas, com vista à reparação dos buracos mais urgentes. Relativamente à candidatura ao PCI (Património Cultural Imaterial), foi recebido um ofício da entidade competente informando que a candidatura da Festa da Santa Cruz apresentava algumas não conformidades, tendo sido solicitado o seu aperfeiçoamento. O executivo encontra-se a dar seguimento a este processo, procedendo às devidas correções. No âmbito da valorização local, foi elaborado e submetido à Câmara Municipal um projeto para a construção de um monumento em pedra de homenagem ao emigrante, prevendo-se a sua inauguração durante a Festa do Emigrante, a realizar no mês de agosto. No que diz respeito ao miniautocarro, foi informado que o mesmo tem vindo a ser utilizado no transporte de adultos, encontrando-se a aguardar a emissão da licença para transporte coletivo de crianças por parte do Instituto da Mobilidade e dos Transportes. Por fim, foi dado conhecimento de que o Regulamento e a Tabela de Taxas não sofreram alterações, mantendo-se em vigor os valores atualmente praticados. -----

----- No período destinado a esclarecimento, o Presidente da Assembleia, Marcial Passos, concedeu a palavra aos membros. Marisa Pereira colocou várias questões ao executivo:

- Questionou se o executivo estabeleceu alguma parceria com a Câmara Municipal, ou com a Resulima ou com outra entidade para a recolha de “monos”. Referiu ainda que, tratando-se de mobília ou eletrodomésticos em estado aceitável, deveria ser considerada a possibilidade de doação. Acrescentou que tem conhecimento de que a Junta de Freguesia efetuou recolha de “monos” em alguns casos particulares, não sabendo, contudo, se tal prática é generalizada. -----

- Relativamente à Azenha d'Almerinda, questionou se já foi efetuada alguma regularização do edifício da Eira, quais as intenções da autarquia para aquele espaço, nomeadamente se pretende desenvolver alguma intervenção e quem poderá utilizá-lo (população em geral, associações, entre outros). Referiu que a questão surge na sequência de atividades ali realizadas. Acrescentou ainda que, embora o edifício da Azenha se encontrasse relativamente limpo, a limpeza era insuficiente, considerando a situação pouco digna para quem visita o local. Alertou também que o espólio existente, devido à falta de manutenção e cuidado, se encontra em risco de degradação. -----
- Solicitou um ponto de situação relativamente ao balcão SNS 24, questionando se houve alguma evolução nos últimos seis meses. -----
- No que diz respeito à escola, questionou se houve desenvolvimentos relativamente à situação do trânsito, recordando que havia sido apresentada como solução uma intervenção rápida e eficaz a curto prazo. -----
- Questionou ainda o ponto de situação das regularizações do Cemitério Paroquial e se os procedimentos continuam em curso. -----
- Por fim, relativamente ao miniautocarro, agradeceu a informação prestada e questionou se o mesmo se destina exclusivamente ao transporte de pessoas ou se presta outro tipo de serviços, bem como se a sua utilização se limita à freguesia ou se abrange outras freguesias. -----

---- Em resposta, o Presidente, Eugénio Barreto, esclareceu que a Junta de Freguesia procede à recolha de “monos” e resíduos verdes, com o objetivo de evitar o seu depósito junto dos contentores. Informou ainda que existe um protocolo com o Município de Viana do Castelo para a recolha dos mesmos, encontrando-se a aguardar a definição do respetivo calendário. Referiu que este protocolo permitirá igualmente reforçar a reciclagem, estando prevista a sua implementação na Escola da Costeira, por esta dispor de um espaço fechado adequado para o efeito. No que diz respeito à eira da Azenha D'Almerinda, informou que todo o espaço poderá ser utilizado, com exceção do edifício da azenha, sendo, no entanto, efetuada uma avaliação prévia dos pedidos de utilização. Quanto ao Espaço Cidadão,

esclareceu que o mesmo se mantém em funcionamento, tendo apenas sido ajustado o horário de acordo com o horário da secretaria. Relativamente ao cemitério, referiu não ter compreendido a questão colocada. Por fim, no que concerne aos transportes, esclareceu que estes se destinam exclusivamente ao apoio no transporte de crianças e adultos que frequentam atividades e associações de Alvarães. Excecionalmente, referiu que a Junta também colabora com a Associação Terra, apesar de se tratar de uma entidade de carácter particular. -----

----- **Ponto Três - Apresentação, Apreciação e Votação do Relatório de Contas 2025:** No ano de 2025, a gestão foi assegurada por dois executivos distintos. O Senhor Presidente, Eugénio Barreto, concedeu a palavra ao Dr. Duarte Oliveira, contabilista da autarquia, para apresentar e esclarecer o relatório de contas. No uso da palavra, foi referido que a gestão do referido exercício foi assegurada por dois executivos distintos: de 01 de janeiro de 2025 a 03 de novembro de 2025, pelo Senhor Presidente Fernando Alberto Vilarinho Martins, pela Senhora Secretária Sandra Manuela Martins Faria Gomes e pela Senhora Tesoureira Marisa Isabel de Araújo Pereira; e de 04 de novembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, pelo Senhor Presidente Eugénio Gomes Barreto, pela Senhora Secretária Carla Eduarda Fernandes Brandão e pelo Senhor Tesoureiro Jorge Rodrigues de Passos Ribeiro. Da análise efetuada à execução orçamental consolidada do ano (Conta Única), destacam-se os seguintes indicadores: a receita efetiva cobrada no montante de 424.252,81 €; a despesa total executada no valor de 406.443,22 €; o saldo de execução orçamental de 18.531,31 €, o qual inclui o saldo transitado da gerência anterior no montante de 721,72 €; o grau de execução da receita de 85,73% e o grau de execução da despesa de 81,99%. Verificam-se ainda obrigações assumidas e não pagas, a transitar para o exercício de 2026, no valor de 1.853,55 €. -----

----- Fernando Martins referiu que pretendia obter esclarecimentos relativamente à execução financeira de 2025, designadamente no que concerne aos valores recebidos, às despesas efetuadas nesse período e ao respetivo grau de execução. -----

----- O contabilista da autarquia, Duarte Oliveira, informou que as receitas orçamentais ascenderam a 424.252,81 €, correspondendo a uma taxa de execução de 85,73% face ao valor previsto. Relativamente à despesa, referiu que foram efetuados pagamentos no montante de 406.443,22 €, situando-se a taxa de execução em 81,99% do total

orçamentado. Após análise e discussão, a Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar o Relatório de Contas 2025, com declaração de voto dos membros eleitos pela coligação AD, em anexo. -----

----- **Ponto Quatro - Apresentação, Apreciação e Votação da 1.ª Revisão Orçamental 2026:**

Foi apresentada a proposta de 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento para o ano de 2026, tendo por finalidade a incorporação do saldo da gerência anterior, no montante de 18.531,31 €. Em resultado, o orçamento global retificado fica fixado em 516.181,31 €. No que respeita à despesa, o montante do reforço foi integralmente refletido, distribuindo-se pelas Despesas Correntes e de Capital. Nas Despesas Correntes, registou-se um reforço na rubrica “Gasóleo (02010202)” no valor de 2.000,00 €, passando a dotação corrigida para 16.500,00 €, e na rubrica “Outros (02022502)” no valor de 1.071,31 €, fixando a dotação corrigida em 4.071,31 €. Quanto às Despesas de Capital (Investimento), verificou-se um reforço na rubrica “Viação Rural (07010408)” no montante de 15.000,00 €, totalizando uma dotação de 80.000,00 €, bem como na rubrica “Outro – Equipamento de Transporte (07010602)” no valor de 460,00 €, passando a dotação para 10.460,00 €. O total da despesa retificada, incluindo despesas correntes e de capital, encontra-se equilibrado com a receita, no montante global de 516.181,31 €. Em conformidade com as alterações introduzidas na despesa de capital, foi igualmente analisada a 1.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), destacando-se o Projeto 2026/23 - Viação Rural, cuja dotação para o ano de 2026 passa a ser de 80.000,00 €, e a inscrição do Projeto 2025/35 – Aquisição de Equipamento de Transporte, no montante de 460,00 €, ascendendo o valor global das modificações ao PPI para o ano de 2026 a 15.460,00 €. Após análise e discussão, a Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar a 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento para 2026, bem como a correspondente Modificação ao Plano Plurianual de Investimentos.

----- **Ponto Cinco - Regulamento de Apoio à Natalidade:** Foi apresentado o Regulamento de Apoio à Natalidade – Atribuição do «Kit de Boas-Vindas», da Freguesia de Alvarães, tendo sido expostos os seus objetivos, designadamente o incentivo à natalidade e o apoio às famílias residentes na freguesia. O referido regulamento estabelece as condições de atribuição de um «Kit de Boas-Vindas» a bebés nascidos a partir de 1 de janeiro de 2026, cujos responsáveis parentais cumpram os requisitos de residência e recenseamento na freguesia, definindo igualmente os critérios de elegibilidade, o processo de candidatura,

prazos, bem como os procedimentos de análise e decisão. Foi ainda esclarecido que o apoio consiste na atribuição de um conjunto de bens essenciais de puericultura e higiene, sendo o valor estimado do kit fixado anualmente pelo Executivo, tendo sido definido, para o presente ano, o montante de 60€. -----

----- Marisa Pereira referiu que estas iniciativas são de louvar, salientando, no entanto, a necessidade de definir com rigor o valor do “Kit de Boas-Vindas”, uma vez que foi mencionado anteriormente que o mesmo poderia rondar os 100 € a 110 €, devendo, por isso, ser estabelecido um montante fixo. Após apreciação, a Assembleia deliberou aprovar o Regulamento de Apoio à Natalidade – Atribuição do «Kit de Boas-Vindas», por unanimidade, ficando o mesmo anexo à presente ata, dela fazendo parte integrante. -----

----- Por último, foi aberto o período destinado à intervenção do público. Nesse âmbito, o senhor Henrique Arezes, em representação do Sr. Jorge Meira, proprietário de um terreno sito na Costeira, junto aos Fornos Telheiros, apresentou uma proposta. Informou que, foi efetuado um levantamento topográfico que apurou uma área total de 4.350 m². Atendendo à configuração irregular do terreno, propôs um acerto de áreas, no qual o proprietário cederia à Junta de Freguesia uma parcela de 750 m². O membro Fernando Martins referiu que não existe usucapião aplicável a baldios, considerando, no seu entendimento, que o terreno em causa pertence à autarquia. Por sua vez, Henrique Arezes esclareceu que o terreno foi adquirido no ano de 1982, tendo sido pago a terceiros, salientando que a questão em análise não se prende com a titularidade do imóvel, mas sim com uma eventual permuta de terrenos. Acrescentou ainda que apresentou uma proposta de permuta, a qual se comprometeu a remeter à autarquia para apreciação e discussão na próxima assembleia, de modo a permitir a sua devida verificação e análise. -----

----- Nada mais havendo a tratar, eram 17:40 horas, quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida em minuta foi aprovada por unanimidade, e irá ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia e pela Secretária que a lavrou. -----

Presidente: 

1.ª Secretária: 

Assunto: Declaração de voto

Ponto 3 da Ordem do Dia | Sessão de 18 de abril de 2026

Exmo. Senhor Presidente da

Assembleia de Freguesia da Vila de Alvarães

Na qualidade de membros da Assembleia de Freguesia de Alvarães eleitos pela Coligação AD, declaramos o nosso voto favorável ao ponto 3 da ordem de trabalhos, relativo à Apresentação, Apreciação e Votação do Relatório de Prestação de Contas do ano de 2025.

Contudo, declaramos expressamente que o nosso voto favorável é acompanhado da salvaguarda de não responsabilidade quanto ao conteúdo e à execução orçamental correspondente ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2025 e 03 de novembro de 2025, intervalo temporal que se insere integralmente no mandato e na esfera de atuação do executivo anterior.

Dado que não integramos nem o órgão deliberativo responsável, nem os processos de decisão, acompanhamento ou controlo da gestão orçamental referentes a esse período, entendemos que não nos é possível assumir responsabilidade técnica ou política sobre as opções de gestão então tomadas.

Assim, o nosso voto favorável traduz-se como um reconhecimento formal do cumprimento dos deveres de prestação de contas, sem prejuízo da necessária distinção de responsabilidades entre o atual e o anterior executivo, em respeito pelos princípios de transparência, rigor e responsabilidade na gestão pública.

Solicitamos que a presente declaração fique integralmente registada em ata, para todos os efeitos legais.

Com os melhores cumprimentos.

Alvarães, 18 de abril de 2026

Os Membros da Assembleia de Freguesia

Marcial Araújo Passos

Maud Christine dos Santos Vieira Novo

Jorge Manuel da Rocha Fernandes

Hugo Freitas

Bruno Barbosa